

ENSAIO

**TEMA: OS EFEITOS DO PLANO COLÔMBIA NOS PAÍSES
SUL-AMERICANOS**

**O PLANO COLÔMBIA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA
NORTE-AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA E SUAS
CONSEQÜÊNCIAS**

CF MÁRCIO PEREIRA RIPPEL

INTRODUÇÃO

A Colômbia apresenta uma longa história de conflitos sociais e violência. O século XX testemunhou a disputa de dois grandes partidos políticos, o Liberal e o Conservador. Essa luta não ficou restrita às urnas e provocou inúmeros conflitos civis, assassinatos e perseguições políticas. Cerca de 200 mil pessoas foram mortas em decorrência dessa disputa (28). Na década de 60, apareceram grupos guerrilheiros de esquerda que tumultuaram ainda mais o cenário político colombiano. Durante a década de 70, surgiram organizações criminosas que transformaram a produção e a exportação de drogas ilícitas em um negócio altamente lucrativo. Essas organizações, conhecidas como “cartéis”, tinham nos Estados Unidos da América (EUA) seu principal mercado consumidor. Os guerrilheiros, que controlavam algumas áreas de produção de coca, passaram a extorquir dinheiro dos narcotraficantes, em troca de neutralidade e proteção. Posteriormente, os próprios guerrilheiros passaram a integrar o negócio da droga, assumindo tarefas na sua produção e transporte. A sinergia resultante dessa associação entre os grupos guerrilheiros e narcotraficantes teve como resultado o incremento da guerrilha, que passou a ameaçar seriamente o estado colombiano. Para por fim ao conflito interno, o governo colombiano idealizou o Plano Colômbia. Para sua implementação, seriam necessárias verbas vultosas, além das possibilidades colombianas. Os EUA responderam positivamente à necessidade colombiana, fazendo-se partícipes do plano.

O presente trabalho se propõe a abordar o Plano Colômbia como instrumento da política estadunidense para a América Latina, o incremento da presença militar norte-americana nessa região, o transbordamento da violência, a questão dos refugiados e o perigo de o narcotráfico se intensificar nos países vizinhos à Colômbia.

O PLANO COLÔMBIA

Segundo as autoridades colombianas, o Plano Colômbia é uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional. Com ele, pretende-se gerar um ambicioso plano de investimentos, por meio de projetos que beneficiem, de maneira rápida e eficaz, os colombianos menos favorecidos. Busca, também, recuperar a confiança dos colombianos por meio do resgate das normas básicas de convivência social, da promoção da democracia, da justiça, da integridade territorial, da geração de condições de trabalho, do respeito aos direitos humanos e da conservação da ordem pública, entre outros (12).

Quando da concepção do Plano, em agosto de 1998, no governo do Presidente Andrés Pastrana, a prioridade era a construção da paz, por meio de negociações com os principais grupos guerrilheiros do país, as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). A idéia original era substituir a produção de cocaína e papoula por atividades econômicas alternativas. Por meio de soluções negociadas com os diversos atores envolvidos, inclusive forças guerrilheiras, haveria um ambiente de distensão, de não-violência. A atividade clandestina ligada ao narcotráfico seria substituída por atividades econômicas legais, havendo, como consequência, uma melhoria nas condições de vida das populações habitantes dos meios rurais. Para tal, em 1999, o Presidente Pastrana criou uma área desmilitarizada¹, onde não havia a presença do Exército e da Polícia. As FARC assumiram o controle dessa área do território colombiano (13).

Andrés Pastrana precisava financiar o seu plano. O governo americano foi solicitado a contribuir com verbas, mas condicionou sua ajuda econômica à elaboração de uma estratégia bem definida de combate ao narcotráfico. O Plano Colômbia foi adaptado a essa demanda, abrigoando, desde então, um forte componente militar e policial. O orçamento do plano previa aportes provenientes da privatização de empresas governamentais, de empréstimos junto a instituições financeiras internacionais, da renda gerada com o crescimento econômico e da emissão de “bônus da paz”, a serem adquiridos pelos próprios colombianos. A União Européia (UE) também foi solicitada a contribuir. Entretanto, os europeus não ficaram satisfeitos com o viés militarista do plano, e o Parlamento Europeu não aprovou a ajuda financeira solicitada. Apesar disso, os governos da Espanha e da Noruega concordaram em fornecer subsídios (25:13).

Por ser o governo americano a origem do principal financiamento do Plano Colômbia, este passou a ser entendido como o próprio pacote financeiro norte-americano. No gráfico 1 do Anexo “A”, observa-se a preponderância do componente militar e policial sobre o econômico-social da ajuda financeira norte-americana à Colômbia, no período de 1997 a 2005 (9).

Devido à mudança no propósito do Plano Colômbia, de processo de paz para combate ao narcotráfico, os grupos guerrilheiros passaram a combater as forças encarregadas de implementá-lo. Com a intensificação da guerra civil, aumentaram também as denúncias de desrespeito aos direitos humanos. O Exército Colombiano tem sido acusado de ser conivente com as atividades dos grupos paramilitares de direita, conhecidos como *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC). Esses grupos surgiram como uma reação aos grupos de esquerda e são responsabilizados pela maioria dos massacres cometidos contra a população rural.

¹ Oficialmente chamada “zona de distensión” e informalmente conhecida por “despeje”.

O PLANO COLÔMBIA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA

No ano de 1989, o então Presidente norte-americano George Bush anunciou a Iniciativa Andina, um plano com a finalidade de incrementar o comércio exterior e fomentar o desenvolvimento dos países andinos, por meio de reformas econômicas e financiamento norte-americano. As reformas neoliberais então implementadas na Colômbia abriram a economia e aumentaram o fluxo de investimentos e mercadorias estrangeiras. Logo a balança comercial colombiana tornou-se deficitária. A política econômica do governo afetou negativamente os produtores nacionais, os quais não conseguiram competir com as indústrias de alta tecnologia dos países desenvolvidos.

Também alguns produtos agrícolas colombianos sofreram forte concorrência durante a década de 90. O tabaco e o café estavam entre esses produtos. No ano de 1984, apenas 15% dos cigarros vendidos na Colômbia eram importados; mas em 1993, o percentual atingiu 70% (28:49). Alguns produtores de tabaco, em crise, optaram por cultivar coca. Algo similar ocorreu com a tradicional produção colombiana de café: devido à entrada de novos produtores no mercado internacional de café, em especial o Vietnã, o preço do produto caiu fortemente. Alguns produtores, então, optaram também por substituir suas lavouras por coca. Outros, que produziam café nos terrenos mais elevados, puderam optar pelo cultivo da papoula, a matéria-prima da heroína (28:50).

Em 1999, a economia colombiana entrou na pior recessão, por mais de cinquenta anos. A taxa de desemprego alcançou quase 20%. Em dezembro daquele ano, o governo colombiano contratou junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo de US\$ 2,7 bilhões. O contrato com o FMI demandou uma abertura ainda maior da economia colombiana, além da privatização de empresas públicas e de um rígido controle fiscal. Também em 1999, os norte-americanos concordaram em participar do Plano Colômbia. Em julho de 2000, o Congresso norte-americano aprovou uma contribuição de US\$ 1,3 bilhão ao Plano. A maior parte dessa ajuda foi destinada às forças de segurança colombianas e às operações antinarcóticos. Várias companhias norte-americanas foram contratadas, com essa verba, para fornecer material bélico e assessoria aos colombianos. A *United Technologies* ganhou um contrato de US\$ 228 milhões para fornecer helicópteros *Black Hawk*. A *Textron of Texas* recebeu US\$ 60 milhões para modernizar helicópteros *Huey*. A *DynCorp, Military Professional Resources Inc.* (MPRI) e outras companhias foram contratadas para fornecer pessoal norte-americano para a assessoria das operações antinarcóticos e para pilotar os aviões que realizam a pulverização de herbicida sobre as lavouras de coca e papoula (28:64,65).

O Plano Colômbia apresenta semelhanças com outras duas iniciativas norte-americanas para países da América Latina: o Plano *Dignidad* e o Plano *Puebla Panamá*. O primeiro começou em abril de 1998, e destina-se à erradicação das plantações de coca na região de Chapare, na Bolívia. Para tal, deveria haver o desenvolvimento de culturas alternativas que dessem sustentação econômica às populações locais. A iniciativa não obteve o sucesso pretendido. As comunidades que aceitaram substituir a cultura tradicional da coca por outras vivenciaram dificuldades, como a falta de mercados para comercializarem seus produtos, vias de comunicação precárias para escoar a produção, créditos insuficientes e os efeitos nocivos à saúde pelos produtos herbicidas utilizados na erradicação da coca.

Hoje, discute-se na Bolívia a manutenção das culturas tradicionais de coca como uma maneira de não agravar os problemas sociais existentes. O Plano *Dignidad* fracassou na sua proposta de estabilização social. Os efeitos perversos da má distribuição de renda na Bolívia agravaram-se, até a eclosão de uma revolta popular contra o Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, em 2003 (22).

O Plano *Puebla Panamá* (PPP) começou como uma parte do Plano Nacional de Desenvolvimento do México, mas abarca também toda a região da América Central até o Panamá. A concepção é de que, com investimentos norte-americanos e internacionais nesses territórios, haveria uma contenção dos fluxos migratórios desses países para os Estados Unidos. O Plano tem o apoio de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (32).

Várias críticas têm sido direcionadas pela comunidade internacional à orientação dada pelo governo norte-americano ao Plano Colômbia. Uma dessas críticas seria a ênfase na segurança e na imposição da lei. Outra seria a pouca participação da sociedade local, organizações não-governamentais (ONG) e outros países e organismos internacionais, na formulação do Plano. Uma terceira crítica seria o direcionamento da ajuda norte-americana apenas à Colômbia, negligenciando os países vizinhos. Levando em consideração esses aspectos, o atual Presidente norte-americano, George W. Bush, propôs, em 2001, um novo plano para a região: a Iniciativa Regional Andina (*Andean Regional Initiative* – ARI), com propósito explícito de fomentar a democracia, o desenvolvimento e o combate às drogas. Seus programas abrangem a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Venezuela e parte do Panamá e do Brasil. Apesar de ser uma evolução do Plano Colômbia, o orçamento inicial do mesmo prioriza novamente o combate às drogas. Dos US\$ 882 milhões disponibilizados para atender a tais programas, US\$ 731 foram destinados à Iniciativa Antinarcóticos Andina (*Andean Counterdrug Initiative* – ACI), do *Department's Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs* (INL). Segundo depoimento de James Mack, representante do INL, a Iniciativa

Regional Andina é um segundo passo na resposta norte-americana ao problema colombiano. O seu sucesso seria vital para os interesses norte-americanos na região, enumerados por ele, como: promover a disseminação de instituições democráticas; incrementar o comércio e as oportunidades de investimento para os empresários e trabalhadores norte-americanos; e reduzir a produção de narcóticos e o narcotráfico, que ameaçam a sociedade estadunidense (29). O Plano Colômbia, assim como os Planos *Dignidad, Puebla Panamá* e a Iniciativa Regional Andina, parecem ser instrumentos para a inserção norte-americana nos países por eles abrangidos.

O INCREMENTO DA PRESENÇA MILITAR NORTE-AMERICANA NA AMÉRICA LATINA

Um dos efeitos do Plano Colômbia parece ser a facilitação da penetração militar norte-americana nos países da América Latina, particularmente na Colômbia. Essa presença crescente assume diferentes formas: como programas de treinamento; assessoria; exercícios conjuntos; venda de material militar; estabelecimento de bases aéreas; instalação de radares, dentre outras. A responsabilidade pela implementação dos programas de segurança norte-americanos para a América Latina e Caribe cabe ao *U.S. Southern Command (Southcom)*, sediado em Miami, Flórida². As tarefas atribuídas ao *Southcom* incluem o combate ao narcotráfico; o relacionamento com as forças armadas dos diversos países; o controle e a não-proliferação de armas; operações antiterrorismo; assistência humanitária; e operações de busca e salvamento.

ASSESSORES MILITARES NORTE-AMERICANOS

Como parte da política implementada pelo *Southcom* para os países sul-americanos, assessores militares norte-americanos encontram-se presentes na Colômbia, no Peru e na Bolívia.

Na Colômbia, os norte-americanos treinam os componentes da Brigada Ribeirinha da Armada Colombiana, na Base de Puerto Lequízamo, no Rio Putumayo. Em Mocoa, fuzileiros navais colombianos são treinados em técnicas de combate a pequenas unidades. Na Base de Larandia, militares do Exército Colombiano recebem treinamento para o combate à narcoguerrilha (24:27,28).

² A área de responsabilidade desse comando unificado exclui o México e a Guiana Francesa.

Na Bolívia, há uma pequena presença militar permanente norte-americana, com cerca de 27 homens (3). Entretanto, o *Southcom* treinou uma Brigada Antinarcóticos do Exército Boliviano e envia freqüentemente grupos de Forças Especiais para treinar unidades bolivianas (24:29,30).

O Peru registrou a presença de 32 militares norte-americanos no ano de 2003. Apesar do pequeno número, com a ajuda norte-americana, foi implementado o Centro de Treinamento Ribeirinho Conjunto, próximo a Iquitos, na Região Amazônica (8). Nesse centro de treinamento, elementos de Forças Especiais norte-americanos realizam exercícios conjuntos e adestram tropas peruanas para operações ribeirinhas e contra narcotraficantes e guerrilheiros do “*Sendero Luminoso*”³ (24:29).

Para cumprir a tarefa de combate ao narcotráfico, as tropas norte-americanas não devem se envolver diretamente nas ações contra os produtores ou traficantes de drogas, mas apenas ajudar os governos responsáveis por esse combate, com apoio logístico e de inteligência (11).

Quando o Congresso norte-americano aprovou a ajuda financeira de US\$ 1,3 bilhão para a Colômbia e países vizinhos, em 2000, ele também limitou o número de militares e funcionários civis norte-americanos contratados por empresas de assessoria e segurança (*contractors*) na Colômbia. O limite estabelecido foi de quatrocentos militares e quatrocentos funcionários civis. A pedido do Presidente colombiano, Álvaro Uribe, o Presidente norte-americano George W. Bush comprometeu-se a enviar ao Congresso um pedido para aumentar o número máximo de militares e funcionários civis, na Colômbia, em oitocentos e seiscentos, respectivamente (30). O gráfico 2 do Anexo “A” permite constatar o crescimento do número de militares e funcionários civis norte-americanos na Colômbia, entre novembro de 2001 e maio de 2003. Observa-se que o número de militares triplicou no período (26).

A terceirização das tarefas de apoio logístico e de inteligência pela contratação de empresas norte-americanas especializadas, como a *DynCorp, Military Professional Resources Inc.*, e mesmo a contratação de pessoal de outras nacionalidades que não a norte-americana por essas empresas, parece ser uma forma de burlar a limitação imposta pelo Congresso dos EUA.

AJUDA FINANCEIRA E MATERIAL

Outra forma de penetração norte-americana nos países da América Latina é a ajuda financeira e material às forças armadas e policiais desses países. A Colômbia recebeu material para equipar dois batalhões do Exército Colombiano especializados em ações antinarcóticos⁴. Recebeu ainda, entre outros:

³ O “*Sendero Luminoso*” é um grupo guerrilheiro peruano maoísta, considerado como organização terrorista pelo governo norte-americano (19).

⁴ Os dois novos batalhões completam a Brigada Antinarcóticos Colombiana.

- 16 helicópteros UH-60B *BlackHawk*, sendo 14 para a Brigada Antinarcóticos e 2 para a Polícia;
- 33 helicópteros UH-1N, para prover mobilidade aérea para as tropas da Brigada Antinarcóticos;
- 34 helicópteros Huey-II, sendo 25 para o Exército Colombiano e 9, para a polícia; e
- 9 aeronaves agrícolas para fumigação⁵, além da modernização de 3 aeronaves OV-10D, de mesma finalidade (29).

Como parte do financiamento para o Plano Colômbia, a Bolívia recebeu US\$ 85 milhões destinados a programas de desenvolvimento social e US\$ 25 milhões, para as forças de segurança (3). Esta última quantia financia as atividades militares destinadas à erradicação da coca na região de Chapare, no leste do país. Para o ano de 2004, a ajuda militar norte-americana à Bolívia deverá chegar próximo a US\$ 60 milhões (10).

O Peru recebeu US\$ 32 milhões do Plano Colômbia para financiar cinco helicópteros KMAS para a Polícia Nacional. As novas aeronaves substituíram os antigos helicópteros russos MI-17. Com o financiamento norte-americano, foram também recebidas 12 lanchas-patrolha rápidas de 25 pés, 6 lanchas-patrolha de 40 pés, sobressalentes e equipamentos de visão noturna, entre outros. Em 2003, o Peru recebeu cerca de US\$ 68 milhões, para financiar as operações antinarcóticos e, em 2004, deverá receber cerca de US\$ 75 milhões (8).

Também para incrementar programas pré-existentes, o Equador recebeu, em 2000, US\$ 12 milhões do Plano Colômbia. Essa quantia foi utilizada para criar postos de fiscalização ao longo da fronteira colombiana e para incrementar as comunicações e o compartilhamento de inteligência entre as unidades militares e à polícia. No ano de 2003, recebeu dos norte-americanos cerca de US\$ 33 milhões como ajuda às forças armadas à polícia. Em 2004, espera receber US\$ 44 milhões, com a mesma finalidade (5).

BASES AÉREAS OPERADAS POR AMERICANOS NA AMÉRICA LATINA

Em 1997, os Estados Unidos da América e o Panamá acordaram a devolução da soberania da região Central do Panamá aos panamenhos, a partir do ano 2000. Nessa área, os norte-americanos possuíam diversas bases militares, entre elas a Base da Força Aérea, em Howard. Essa base apoiava o esforço antinarcóticos norte-americano na região da América Central e Caribe. Para substituí-la, optou-se por procurar campos de pouso na América Central, Caribe e Norte da América do Sul.

O governo norte-americano negociou com os países de interesse, a fim de que suas aeronaves pudessem dispor de pistas de pouso e facilidades

⁵ A palavra “fumigação” é usada no texto com o sentido de “pulverização com herbicida”.

logísticas necessárias a sua operação. O Departamento de Defesa norte-americano chamou essas instalações de “*Forward Operating Locations*” (FOL) (21).

Segundo especificações do *U.S. Southern Command*, cada FOL deve ser capaz de operar de dia e de noite, com as instalações de controle aéreo apropriadas, com uma pista de pouso de 8.000 pés de comprimento, capacitada a receber aeronaves pequenas, médias ou grandes⁶, e com os serviços necessários para o reabastecimento e manutenção das aeronaves.

Na América do Sul, a base norte-americana foi instalada em Manta, no Equador, no Aeroporto Internacional Eloy Alfaro. No Caribe, uma base foi instalada no Aeroporto Internacional Rainha Beatrix, em Aruba, e outra no Aeroporto Internacional Hato, em Curaçao, ambas nas Antilhas Holandesas. Os americanos consideram essas duas bases como constituintes da mesma FOL. Outra base foi instalada no Aeroporto Internacional de Comalapa, em El Salvador. Todas as bases, particularmente a de Manta, receberam investimentos significativos para reparos e melhoria da infraestrutura. Os fundos necessários à implementação das melhorias condizentes com a operação das aeronaves norte-americanas foram, em grande parte, supridos pelo Plano Colômbia (6).

ESTAÇÕES DE RADAR

O *Southcom* mantém dezessete estações de radar em países sul-americanos, com o propósito de detectar o tráfego aéreo usado no transporte de drogas ilegais. Na Colômbia, há estações de radar fixas na Ilha de San Andrés, em Riohacha, na Base Aérea de Marandúa, em San José del Guaviare, em Leticia (fronteira com o Brasil), em Araracuara, em Bahia Solano e na Base Aérea de Três Esquinas. No Peru, há estações de radar fixas em Andoas, em Pucalpa e em Iquitos (24:23). Na Venezuela, há três estações: na Ilha Margarita, em Punto Fijo e em San Fernando de Atabapo. As demais estações são móveis, sendo suas localizações classificadas como secretas pelos norte-americanos. Além das estações de radar localizadas na América do Sul, a Marinha norte-americana instalou, em Porto Rico, um radar com detecção além do horizonte (*Relocatable Over-the-Horizon Radar* – ROTHHR), também com a finalidade de detectar os vôos realizados pelos narcotraficantes na América do Sul (4).

Percebe-se, a partir do incremento da presença militar nos países da América Latina, uma mudança de postura geopolítica norte-americana. Anteriormente, a América Latina já era entendida como parte do Espaço Vital dos Estados Unidos, mas os assuntos deste subcontinente não constituíam prioridade na política norte-americana. Hoje, parece haver uma preparação para possibilitar e facilitar uma atuação mais preempatória na

⁶ Podem ser classificadas como aeronaves pequenas os F-16; como aeronaves médias, os P-3 e E-2; e como grandes, os E-3 AWACS.

região. A dependência econômica dos países andinos se soma hoje a uma crescente dependência militar. O equilíbrio de forças entre os diversos países pode ser alterado segundo as circunstâncias do interesse norte-americano. Os governos dos países que se submetem às orientações estadunidenses e abrem mão de parte de sua soberania recebem apoios financeiros, materiais, tecnológicos e, mesmo, tropas norte-americanas.

O TRANSBORDAMENTO DA VIOLÊNCIA

O conflito interno colombiano caracteriza-se pelo envolvimento de diversos atores com ideologias e interesses particulares e, também, pela violência com que eles disputam o poder. As forças da guerrilha de esquerda e os paramilitares de direita são responsabilizados por inúmeras ações ilegais, como extorsões, seqüestros, assassinatos, recrutamento forçado, sabotagens e o uso de minas terrestres antipessoal.

As forças subversivas dividem-se entre diversos grupos, sendo os mais importantes as FARC-EP e o ELN. O primeiro grupo citado dispõe, hoje, de cerca de 18.000 membros e opera em cerca de 60% do território colombiano. Segundo estimativa das Forças Armadas Colombianas, as FARC-EP movimentam entre US\$ 200 a US\$ 400 milhões, por ano, para financiar suas operações, sendo que metade destes recursos seria proveniente do narcotráfico. A figura 1 do Anexo “B” apresenta a zona de atividade das FARC-EP (7). Pode-se perceber a presença das FARC-EP na fronteira com o Equador, Peru, Panamá, Venezuela e próximo ao Brasil, na localidade colombiana de Mitu.

Estima-se que o ELN conta com cerca de 3.500 membros. Sua fonte de financiamento baseia-se em seqüestros e extorsões. A figura 2 do Anexo “B” apresenta a zona de atividade do ELN, onde se percebe sua presença junto à fronteira com a Venezuela.

Além das forças governistas, as forças subversivas são combatidas pelos grupos paramilitares de direita, sendo a AUC o mais importante deles. Esta conta com cerca de 8.000 membros e financia suas atividades de maneira semelhante aos grupos guerrilheiros, inclusive por meio de seqüestros e tráfico de drogas. A figura 3 do Anexo “B” apresenta a zona de atividade da AUC.

Com a intensificação dos conflitos, as forças guerrilheiras cruzam as fronteiras para escapar à ação de seus perseguidores. Desta maneira, desengajam de um combate desfavorável e conseguem tempo para se reorganizar, buscar apoio logístico, descansar e planejar ações futuras.

No Panamá, guerrilheiros colombianos atuam na região de Darién, habitada por indígenas. Em sua perseguição, forças da AUC também adentram território panamenho, já tendo havido combates e assassinatos de civis. No

Peru, as FARC-EP estão presentes na instrução dos grupos subversivos locais, como o “*Sendero Luminoso*” (40). Além das atividades dos guerrilheiros colombianos em seu território, o Equador tem sido pressionado pelo governo colombiano a permitir que a Base Aérea de Manta seja usada por militares colombianos, nas ações contra os grupos rebeldes (16).

A fronteira brasileira com a Colômbia ainda é relativamente tranqüila, mas já houve fatos que chamam a atenção para aquela área. Há relatos de recrutamento forçado de indígenas brasileiros pelas FARC-EP (40) e, em duas ocasiões, o Exército Brasileiro (EB) teve contato com guerrilheiros: uma em 1991, no Rio Traíra, e outra em 2002, nas proximidades do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Vila Bitencourt.

A Venezuela talvez seja o país mais afetado pelo transbordamento da violência. Seu Presidente, Hugo Chávez, tem sido responsabilizado pela imprensa por apoiar veladamente os movimentos guerrilheiros colombianos e de perseguir os integrantes das forças paramilitares da AUC, quando adentram território venezuelano. As FARC-EP fizeram da fronteira entre a Colômbia e a Venezuela um objetivo militar, após o governo colombiano desconsiderar a zona anteriormente acordada como desmilitarizada, ao sul do país. Desde então, estariam usando o território venezuelano como anteriormente usavam o “*despeje*”: como uma área de refúgio e preparação de ataques. Na impossibilidade de o Exército Colombiano adentrar o território venezuelano para dar combate às FARC-EP, os paramilitares da AUC estariam ultrapassando a fronteira, com essa finalidade. Em 28 de março de 2003, segundo refugiados colombianos, aeronaves militares venezuelanas bombardearam posições ocupadas por paramilitares colombianos, nos dois lados da fronteira. O ataque teria sido uma resposta a uma série de ações dos paramilitares colombianos, dentro da Venezuela (41).

Os fatos demonstram que os movimentos dos guerrilheiros, particularmente das FARC, já não mais respeitam as fronteiras com os países vizinhos. O transbordamento da violência já é uma realidade.

Não há motivos para crer que a paz entre os diversos atores esteja próxima. Observa-se, presentemente, a radicalização do conflito. O atual Presidente colombiano foi eleito com uma plataforma política que não privilegiava as iniciativas para a paz. Seu pai foi assassinado pelas FARC-EP. A mais recente operação militar do Exército Colombiano contra as FARC-EP, denominada Plano Patriota, tem como propósito enfraquecer as forças rebeldes e retomar territórios.

Os Estados Unidos, parceiro do governo colombiano nos Planos Colômbia e Patriota, classifica as FARC-EP, ELN e AUC como organizações terroristas (19). Tal fato torna improvável o apoio norte-americano a possíveis iniciativas do governo colombiano em negociar a paz com os grupos guerrilheiros e paramilitares.

A QUESTÃO DOS REFUGIADOS

A violência entre os grupos armados que disputam o poder na Colômbia também afeta a população civil. As forças de esquerda utilizam-se do terror para intimidar, realizando atentados, eliminação de autoridades locais, seqüestros e recrutamento forçado. De maneira semelhante, a AUC utiliza métodos violentos para coagir e, até mesmo, eliminar aqueles que de alguma maneira apóiam a causa subversiva. Organizações Internacionais de Direitos Humanos acusam os militares colombianos de tolerância e mesmo cumplicidade com a AUC. Segundo relatório produzido em 2001, pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, há um contraste entre o discurso das autoridades governamentais em relação ao combate aos grupos paramilitares e suas ações, nesse sentido (27).

A violência tem como consequência o abandono de lares, das terras e das comunidades por aqueles que são vítimas ou se sentem ameaçados. Também a pulverização das lavouras ilegais com herbicidas e a existência de minas terrestres antipessoais plantadas nas áreas rurais são fatores motivadores para tal fenômeno (15).

Os movimentos populacionais internos na Colômbia, em consequência do conflito, são um problema social da maior relevância. Hoje, a Colômbia apresenta o terceiro maior número de pessoas desalojadas⁷, atrás apenas do Congo e do Sudão (17). Já há mais de um milhão de pessoas registradas pelo governo colombiano nessa situação, sendo que organizações não-governamentais estimam esse número em quase três milhões (35). A figura 4 do Anexo “B” permite visualizar as áreas afetadas pelos movimentos populacionais internos, na Colômbia (36).

Além dos fluxos migratórios internos, tem havido também a tentativa de procurar, em outros países, a paz necessária à sobrevivência. Fluxos migratórios acontecem, principalmente, para o Equador, Venezuela, Panamá e Costa Rica. A partir de fevereiro de 2002, quando as negociações de paz entre o governo e as FARC-EP foram interrompidas e os combates reiniciaram com vigor, o fluxo migratório acelerou. As áreas próximas à fronteira colombiana com o Equador e a Venezuela foram as mais afetadas. Estima-se que cerca de quarenta mil colombianos estejam hoje nessa situação (31). A figura 5 do Anexo “B” permite visualizar o fluxo migratório entre a Colômbia e o Equador, a Venezuela e o Panamá (34).

Além dos países fronteiriços, outros têm recebido um contingente populacional colombiano significativo, como a Costa Rica e os Estados Unidos da América. O primeiro recebeu, em 2003, mais de 7.000 colombianos (38). O segundo possui uma política para refugiados que mascara os números de

⁷ As pessoas desalojadas são conhecidas na Colômbia como “desplazados.”

imigrantes colombianos. Apesar de haver, na legislação americana, um instrumento apropriado para dar abrigo à situação dos refugiados colombianos, o *Temporary Protected Status* (TPS), este não é aplicado, nesse caso. O TPS foi idealizado como uma medida humanitária para proteger pessoas de desastres naturais ou conflitos armados, mas o governo americano não reconhece ser esse o caso dos colombianos. Frequentemente, colombianos adentram o território americano com vistos de turista e, posteriormente, permanecem como imigrantes ilegais (33).

Dentre os grupos étnicos que formam a população colombiana, os negros e os indígenas são os mais vulneráveis e afetados (14). Segundo dados da Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), todos os grupos indígenas foram afetados pelo conflito, tendo sido forçados a abandonar suas terras ou ameaçados para assim fazê-lo (37).

O Brasil, até então, não foi afetado por movimentos migratórios colombianos. Em parte, isso se deve porque os principais focos de conflito estão longe da nossa fronteira, e também porque os departamentos colombianos fronteiriços ao Brasil (Amazonas, Vaupés e Guainia) são relativamente menos povoados. Não podemos, entretanto, supor estarmos livres de futuros fluxos migratórios. Uma possibilidade nesse sentido é a migração de comunidades indígenas colombianas, principalmente aquelas de mesma etnia e cultura que as de grupos indígenas brasileiros, como os Ticuna. Na fronteira, existem laços familiares entre indígenas dos dois países, além dos laços culturais. Outra possibilidade de o nosso país se ver envolvido na questão dos refugiados colombianos seria uma possível pressão da ONU sobre os países fronteiriços à Colômbia, para uma ajuda efetiva à questão humanitária.

O PERIGO DE O NARCOTRÁFICO SE INTENSIFICAR NOS PAÍSES VIZINHOS À COLÔMBIA

Duas iniciativas semelhantes ao Plano Colômbia, postas em prática no Peru e na Bolívia, tiveram bons resultados, sob o enfoque da diminuição de drogas ilegais. Nesses países, a produção de coca vem caindo anualmente. Em 1996, havia um total de 142.500 hectares cultivados. Em 2000, o total foi de 48.800 hectares (18). Paralelamente à diminuição da produção no Peru e na Bolívia, houve o aumento da produção na Colômbia até o ano de 2000. Esse fenômeno ficou conhecido como “Efeito Balão”, isto é, o sucesso da erradicação das lavouras de coca na Bolívia e no Peru levou ao crescimento das áreas cultivadas na Colômbia. Em 1996, havia 67.200 hectares cultivados. Em 2000, o total subiu para 163.000 hectares. A partir daquele ano, a área cultivada com coca começa a diminuir. O gráfico 3 do Anexo “A” apresenta a evolução das áreas cultivadas com coca, no Peru, Colômbia e Bolívia, no período de 1989 a 2002 (39).

Recentemente, a Colômbia tornou-se o maior fornecedor de heroína para os Estados Unidos, sendo a produção da papoula, a matéria-prima da heroína, realizada nas regiões mais remotas e altas dos Andes (28:74). Com o advento do Plano Colômbia, o cultivo de papoula para a produção de heroína também diminuiu. No ano de 2001, estima-se que havia 6.100 hectares cultivados. Em 2002, o total estimado foi de 4.200 hectares.

A produção de drogas é apenas uma parte do problema mundial relacionado ao narcotráfico. Talvez o aspecto mais importante não seja a produção dessas drogas, mas sim a demanda por essa produção. Nesse caso, a solução não está nos países produtores, mas nos grandes mercados consumidores: Estados Unidos e Europa. O presidente norte-americano reconhece que a maneira mais efetiva para reduzir o suprimento de drogas para os Estados Unidos é reduzir a demanda interna por essas drogas (23). Apesar desse reconhecimento, a estratégia de controle de drogas norte-americana enfatiza a eliminação da produção na sua fonte, a interdição do transporte da droga e a perseguição aos narcotraficantes.

Caso os cartéis colombianos de drogas sejam impedidos de continuar sua produção na Colômbia, é possível que eles procurem outros lugares para isso ou, que haja a internacionalização do processo produtivo. As produções de folhas de coca e de papoula poderiam ser realizadas em plantações menores, em áreas de difícil acesso na Colômbia, na Bolívia e no Peru, e o refino e o processamento da droga poderiam ser realizados em outros países. O Brasil, por ser um território imenso, com enormes regiões de difícil acesso e com fraca presença humana, por não controlar rigidamente a produção e o comércio de insumos necessários ao refino da cocaína⁸, e pela permeabilidade de sua fronteira norte, torna-se interessante para os narcotraficantes. A pasta de coca poderia ser transportada por via aérea ou fluvial para laboratórios dentro do território brasileiro. Apesar de as principais áreas de cultivo de coca em território colombiano estarem em departamentos não contíguos à fronteira brasileira, alguns dos rios que banham essas áreas penetram profundamente em território brasileiro, como o rio Putumayo, o Caquetá e o Vaupés⁹. A figura 6 do Anexo “B” apresenta o mapa da Colômbia com a plotagem das áreas de cultivo de coca, observadas no ano de 2002 (39).

Existem diversas espécies de coca, mas apenas algumas delas se prestam como matéria-prima para a produção de cocaína, por conterem o alcalóide desta droga. As espécies e variedades com potencial para uma boa produtividade de cocaína são encontradas na Colômbia, na Bolívia e no Peru. A coca produzida nas regiões mais altas dos Andes contém maior quantidade do alcalóide da cocaína do que a coca produzida em terrenos mais baixos. A

⁸ São insumos utilizados no processo de produção de cocaína: querosene, carbonato de sódio, ácido sulfúrico, ácido clorídrico, permanganato de potássio, amônia, acetona, éter, entre outros.

⁹ O rio Putumayo, ao entrar no Brasil, passa a ser conhecido como rio Içá; o rio Caquetá corresponde ao Japurá, no Brasil; e o Vaupés é o rio Uaupés, no lado brasileiro. Este último é um dos afluentes do rio Negro.

variedade Ipadu, encontrada no nordeste do Peru, no sul da Colômbia e no oeste do Brasil, é primariamente cultivada por indígenas para seu próprio consumo, e possui baixa produtividade, por não possuir uma grande concentração do alcalóide da cocaína (20). Podemos daí depreender ser improvável que a região da selva amazônica brasileira se preste à produção de folhas de coca, na quantidade necessária à demanda dos narcotraficantes internacionais.

O esforço principal de fiscalização na nossa fronteira contra ilícitos transnacionais, particularmente o narcotráfico, cabe à Polícia Federal. Devido aos recursos financeiros e humanos escassos, a tarefa de fiscalizar a extensa e sensível fronteira com a Colômbia é grandemente dificultada. Apenas cerca de 150 policiais federais guarnecem, em sistema de rodízio, os 10 Postos de Controle de Fronteiras (Cofrons), ao longo dos 1.644 quilômetros da fronteira colombiana (2). No ano de 2004, houve uma greve de policiais federais, em campanha salarial. Durante os 61 dias de greve, não ocorreram apreensões de drogas na fronteira colombiana e adjacências. Nenhuma fiscalização foi realizada nesse período (1).

Seria temerário afirmar que nosso território é impermeável ao transporte da droga, de seus locais de produção em direção aos seus mercados consumidores. A presença do Estado na região da fronteira norte ainda é escassa e a natureza dificulta a tarefa de fiscalização contra os ilícitos transnacionais. O sucesso do Plano Colômbia pode significar a busca pelos narcotraficantes de novas áreas para a produção da matéria-prima e o processamento da droga. Apesar de ser improvável que a Floresta Amazônica brasileira se preste como área produtora de coca, nosso território não está livre da possibilidade de os narcotraficantes montarem laboratórios, para o processamento da cocaína, e bases de apoio logístico.

CONCLUSÃO

O Plano Colômbia parece constituir um instrumento da estratégia norte-americana para favorecer seus interesses na América Latina, particularmente nas Regiões Amazônica e Andina. Esses interesses seriam: promover a disseminação de instituições democráticas, o incremento do comércio e de oportunidades de investimento para os empresários e trabalhadores norte-americanos e a redução da produção de narcóticos e do narcotráfico, que ameaçam a sociedade estadunidense.

Percebe-se, a partir do incremento da presença militar nos países da América Latina, uma mudança de postura geopolítica norte-americana. Hoje, parece haver uma preparação para uma atuação mais peremptória, na região.

Os fatos demonstram que os movimentos dos guerrilheiros, particularmente das FARC-EP, já não mais respeitam as fronteiras com os

países vizinhos. O transbordamento da violência já é uma realidade. O fato de os Estados Unidos classificarem as FARC-EP, ELN e AUC como organizações terroristas torna improvável o apoio norte-americano a possíveis iniciativas do governo colombiano em negociar a paz com os grupos guerrilheiros e paramilitares.

O território brasileiro, apesar de até o momento não ter recebido refugiados colombianos, pode vir a sê-lo, no futuro. Uma possibilidade nesse sentido é a migração de comunidades indígenas colombianas, principalmente aquelas de mesma etnia e cultura que as de grupos indígenas brasileiros.

Apesar de ser improvável que a Floresta Amazônica brasileira se preste como área produtora de coca, uma vez que a variedade Ipadu possui baixa produtividade, nosso território não está livre da possibilidade de os narcotraficantes montarem laboratórios para o processamento da cocaína, e bases de apoio logístico.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL, Kátia. Falta de agentes prejudica ação na fronteira com a Colômbia. **Agência Folha**, Tabatinga, 10 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u61572.shtml>>. Acesso em: 27 jun. 2004.
2. _____. Greve leva PF a desativar fiscalização em fronteiras. **Agência Folha**, Manaus, 28 abr. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60410.shtml>>. Acesso em: 27 jun. 2004.
3. CENTER FOR INTERNATIONAL POLICY. **Bolívia**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/bo.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2004.
4. _____. **Counter-Drug Radar Sites**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/radar.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2004.
5. _____. **Ecuador**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/ec.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2004.
6. _____. **Forward Operating Locations**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/fol.htm>>. Acesso em 21 jun. 2004.
7. _____. **Information about the combatants**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/colombia/infocombat.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2004.
8. _____. **Peru**. Disponível em <http://www.ciponline.org/facts/pe.htm>. Acesso em: 11 jul. 2004.
9. _____. **U.S. Aid to Colombia Since 1997: Summary Tables**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/colombia/aidtable.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2004.
10. _____. **U.S. Security and Economic Assistance to the Western Hemisphere: By Country**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/country.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2004.
11. _____. **U.S. Southern Command**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/dodsc.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2004.
12. COLÔMBIA. Ministério de Defesa Nacional. **Que es Plan Colômbia?** Disponível em: <<http://www.mindefensa.gov.co/>>. Acesso em: 21 jun. 2004.

13. _____. Ministério de Defesa Nacional. **Solución Política Negociada al Conflicto**. Disponível em: <<http://www.mindefensa.gov.co/>>. Acesso em: 21 jun. 2004.
14. COLOMBIA: Outgoing UN official highlights “scourge” of displacement. **BBC Monitoring International Reports**, 24 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/print?tbl=NEWS&id=3c9ef07e0>>. Acesso em: 20 jun. 2004.
15. COLOMBIA’S internal refugees burgeoning. **EFE News Services**, Bogotá, 28 abr. 2003. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/print?tbl=NEWS&id=3eae4f588>>. Acesso em: 20 jun. 2004.
16. COLOMBIAN president-elect calls on Ecuador to seal common border. **EFE News Service**, Quito, 28 mai. 2002 . Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/print?tbl=NEWS&id=3cf495864>>. Acesso em: 13 jun. 2004.
17. DRUG-fuelled war in Colombia has created worst humanitarian crisis in Western hemisphere. **APWorldstream**, 10 mai. 2004 . Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/print?tbl=NEWS&id=40a08d404>>. Acesso em: 20 jun. 2004.
18. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Bureau of Western Hemisphere Affairs. **Counternarcotics Efforts in the Andean Region**. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/wha/rls/fs/2001/1654.htm>>. Acesso em 21 jun. 2004.
19. _____. Department of State. **Fact Sheet: Secretary of State designates Foreign Terrorist Organizations (FTO’s)**. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2001/5265.htm>>. Acesso em 23 jul. 2004.
20. _____. Drug Enforcement Administration. **Coca Cultivation and Cocaine Processing: an overview**. Disponível em: <<http://www.druglibrary.org/schaffer/GovPubs/cocccp.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2004.
21. _____. Office of National Drug Control Policy. **Forward Operating Locations**. Disponível em: <<http://www.whitehousedrugpolicy.gov/publications/international/factsht/operating.html>> . Acesso em: 21 jun. 2004.

22. EVO Morales/Lider Del Movimiento al Socialismo de Bolivia. **El País**, Madri, 10 fev 2004.
23. GROSSMAN, M. **U.S. Support for Plan Colombia**. Disponível em : <<http://www.state.gov/p/wha/rls/rm/2001/august/4798.htm>> . Acesso em: 21 jun. 2004.
24. HOLLANDA, Bernardo Augusto Cunha de. **Incremento da presença dos EUA nos Países Amazônicos – Repercussões para o Brasil**. 2003. Monografia - Curso de Política e Estratégia Marítima, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2003.
25. INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Amazônia: Plano Colômbia: perspectivas do parlamento Brasileiro**. Brasília, 2002.
26. ISACSON, Adam. **Memorandum**. Disponível em:<<http://www.ciponline.org>>. Acesso em 03 jul 2004.
27. KOTLER, Jared. Colombia's human rights crisis deepening, U.N. rights chief says. **Associated Press**, 19 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/print?tbl=NEWS&id=3c9859974>>. Acesso em: 20 jun. 2004.
28. LEECH, Garry. M. **Killing Peace – Colombia's Conflict and the Failure of U.S. Intervention**. New York: Information Network of the Americas (INOTA), 2002.
29. MACK, J. **Plan Colombia and the Andean Regional Initiative Testimony Before the House International Relations Committee on the Western Hemisphere**. Disponível em: <http://www.state.gov/g/inl/rls/rm/2001/jun_aug/3847.htm> . Acesso em: 21 jun. 2004.
30. MAISONNAVE, Fabiano. Governo da Colômbia lança megaofensiva contra as Farc. **Folha de São Paulo**, 02 mai. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u72203.shtml>> . Acesso em 26 jun. 2004.
31. MILLIONS of Colombians caught in one of worst humanitarian crises – UN. **Agence France-Presse**, 4 fev. 2004 . Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/print?tbl=NEWS&id=40224cc64>> . Acesso em: 20 jun. 2004.

32. SALAZAR, Robinson. La Remilitarizacion de America Latina. **Forum Social Pan-amazônico**, 22 abr. 2003. Disponível em: <<http://www.fspanamazonico.com.br/pagina/artigos19.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2004.
33. THOUSANDS of Colombians continue exodus to U.S. **EFE News service**, Washington, 8 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/print?tbl=NEWS&id=3c8c7a8712>>. Acesso em: 20 jun. 2004.
34. UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Colombia Situation Map**. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/home/+MwwBmxejrNpwwwwwnwwwwwwhAFqo20IOE2glTfqt5nwGqrAFqo20IOE2glcFqogcdMxowDzmAwwwwwwww>>. Acesso em: 23 jul. 2004.
35. _____. **Colombia UNHCR's Protection and Assistance Programme for IDPs and Refugees – March 2004**. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/home/NwwBmelGFOewxwwwnwwwwwwhFqnN0bItFqnDni5AFqnN0bIcFqogcdMxowDzmxwwwwww/.opendoc.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2004.
36. _____. **Colombia: areas of internal displacement**, jun. 2000. Disponível em: <http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/home/+swwBmme_EudwwwwwwnwwwwwwhFqhT0yfEtFqnp1xcAFqhT0yfEcFqogcdMxowDzmxwwwwww/.opendoc.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2004.
37. _____. **Colombia: UNHCR's concerns for indigenous peoples**, 8 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/print?tbl=NEWS&id=3f3378c56>>. Acesso em: 20 jun. 2004.
38. _____. **Colombian Refugees in Costa Rica**. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/home/+qwwBmperLspwwwnwwwwwwhFqnN0bItFqnDni5AFqnN0bIcFqogcdMxowMzmeQxwwwwwwDzmxwwwwww/.opendoc.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

39. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Colombia- Coca Survey for December 2002 & Semi-Annual Estimate for July 2003.** Disponível em: <http://www.unodc.org/pdf/colombia/colombia_coca_report_2003-09-25.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2004.
40. URIBE, Jorge Alberto. Como derrotar o narcoterror. **Folha de São Paulo**, 21 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/05Notici/Namidia/impnot/2004/02fev/comderro.htm>>. Acesso em 23 jul. 2004.
41. WILSON, Scott. Venezuela Becomes Embroiled in Colombian War. **Washington Post Foreign Service**, La Gabarra, 10 abr. 2003. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/ac2/wp-dyn?pagename=article&contentId=A1174-2003Apr9¬Found=true>>. Acesso em: 31 mai. 2004.

ANEXO A

GRÁFICOS

Gráfico 1: a ajuda financeira norte-americana à Colômbia, no período de 1997 a 2005.

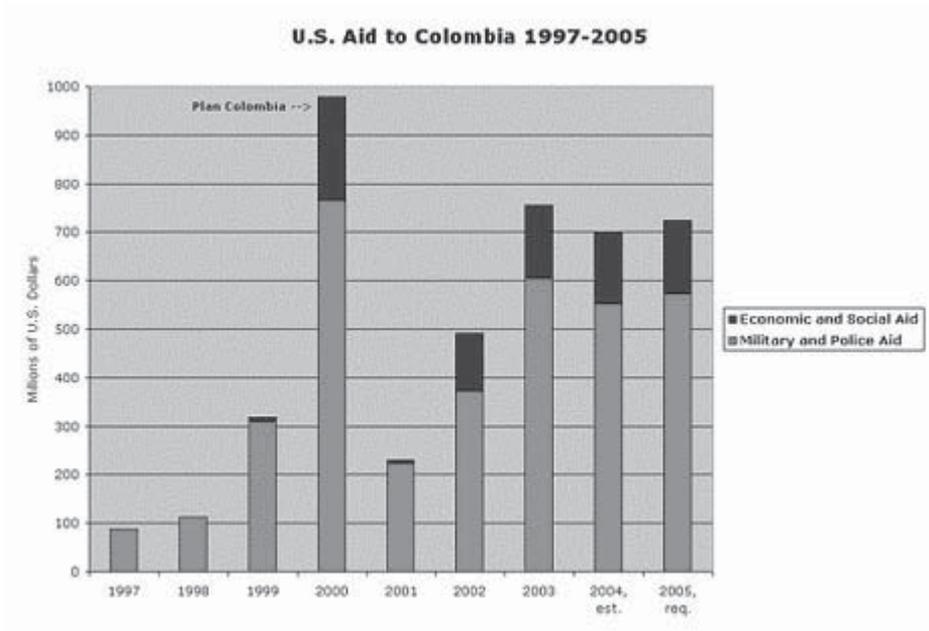


Gráfico 2: o crescimento do número de militares e funcionários civis norte-americanos na Colômbia, entre novembro de 2001 e maio de 2003.

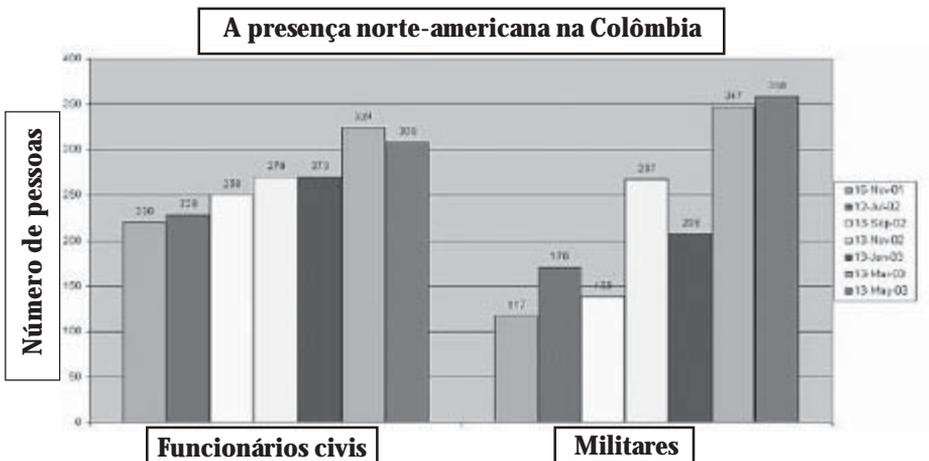
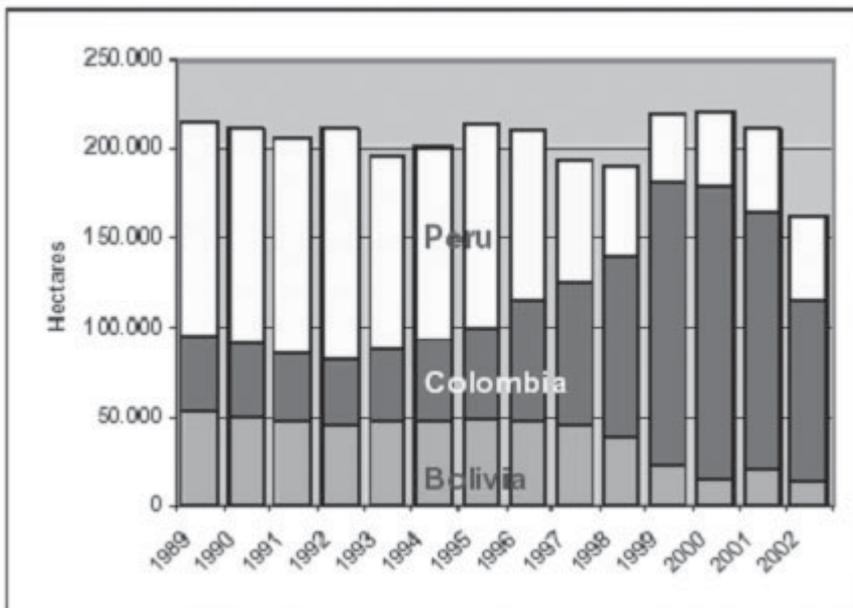


Gráfico 3: evolução das áreas cultivadas com coca no Peru, Colômbia e Bolívia, no período de 1989 a 2002.



Source: UNODC, Global Trends 2003

ANEXO B

FIGURAS

Figura 1: zona de atividade das FARC-EP



Figura 2: zona de atividade do ELN



Figura 3: zona de atividade da AUC



Figura 4: áreas afetadas pelos movimentos populacionais internos, na Colômbia



Figura 5: fluxo migratório entre a Colômbia e o Equador, a Venezuela e o Panamá



Figura 6: áreas de cultivo de coca, observadas em 2002.

